

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS- UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE ECONOMIA

EDUARDO DA SILVA SOBRAL

**DINÂMICA DA ESTRUTURA PRODUTIVA DE MATO GROSSO DO
SUL, E SEUS DESDOBRAMENTOS NO CONTEXTO REGIONAL
BRASILEIRO NO PERÍODO DE 2003-2015**

DOURADOS/MS

2016

EDUARDO DA SILVA SOBRAL

**DINÂMICA DA ESTRUTURA PRODUTIVA DE MATO GROSSO DO
SUL, E SEUS DESDOBRAMENTOS NO CONTEXTO REGIONAL
BRASILEIRO NO PERÍODO DE 2003-2015**

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador:

Prof. Msc. Alexandre de Souza Corrêa

Banca Examinadora:

Prof. Msc. Enrique Duarte Romero

Prof. Msc. Fábio Roberto Castilho

Dourados/MS

2016

Dinâmica da estrutura produtiva de Mato Grosso do Sul, e seus desdobramentos
no contexto regional brasileiro no período de 2003-2015

EDUARDO DA SILVA SOBRAL

Esta monografia foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Economia pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia – FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:

Prof. Msc. Alexandre de Souza Corrêa

Presidente

Prof. Msc. Enrique Duarte Romero

Avaliador

Prof. Msc. Fábio Roberto Castilho

Avaliador

RESUMO

O agronegócio na região do Centro-Oeste dinamizou a sua economia devido as cadeias produtivas de grãos e carnes, que ganham um forte impulso dentro dessa lógica produtiva. No entanto, o estado de Mato Grosso do Sul, é um dos principais produtores do agronegócio da região e também do Brasil. Nesse trabalho analisa o desenvolvimento regional do Centro-Oeste, a partir da década de 1960, onde engloba toda trajetória do desenvolvimento econômico regional, o perfil das atividades econômicas primárias e industriais da Região Centro-Oeste a partir da década de 1990, o desempenho do agronegócio e do setor industrial do Centro-Oeste, e por fim, dando ênfase nos resultados obtidos na dinâmica da estrutura produtiva de Mato Grosso do Sul, e seus desdobramentos diante do contexto regional brasileiro, com dados extraídos do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (SEMADE), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Desse modo, resulta nas avaliações que a economia sul mato-grossense segue como produtor de bens complementares e de baixo valor agregado, porém significativo para suas exportações. Sendo assim, o propulsor econômico encontra-se no setor terciário, que cada vez mais está consolidando sua participação na economia de Mato Grosso do Sul.

Palavras-chave: Agronegócio; Estrutura Produtiva; Economia Sul mato-grossense.

ABSTRACT

Agribusiness in the midwest region streamlined one due economy your productive as grains and meats chains, que gain strong momentum hum within this productive logic. However, the state of Mato Grosso do Sul and one of the main agribusiness producers in the region and also do Brazil. In this work analyzes the regional development of the midwest, from the decade 1960 where encompasses all regional economic development trajectory, the profile of economic activities primary and industrial center west region from the decade 1990 performance to agribusiness and industrial midwest sector, and finally, stressing nsa results obtained in the production structure dynamics of Mato Grosso do Sul, and its developments given the regional brazilian context, with extracts from the brazilian institute of research and statistics (IBGE), Institute of Applied Economic Research (IPEA), Secretary of State for Environment and Development (SEMADE), Ministry of Development, Industry and Foreign Trade (MDIC). Thus follows nas reviews que economics Mato Grosso do Sul follows as producer of complementary goods and low value, however significant paragraph your exports. thus, the economic propulsion lies on the tertiary sector, que increasingly is consolidating its participation in Mato Grosso do Sul economy.

Keywords: Agribusiness; Productive Structure; Sul mato-grossense economy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	2
1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA	3
1.2 OBJETIVOS	4
1.2.1 Objetivo geral	4
1.2.2 Objetivos Específicos.....	4
1.3 JUSTIFICATIVA	4
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO	5
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	5
2.1 REVISÃO TEÓRICA.....	6
2.1.1 Desenvolvimento regional do Centro Oeste, a partir da década de 1960	6
2.1.2 A dinâmica da economia brasileira após 1990.....	8
2.2 REVISÃO DE LITERATURA.....	10
2.2.2 A dinâmica periférica da especialização agropecuária: as cadeiasde Soja/Milho e a produção de carnes do Centro-Oeste.....	10
2.2.3 A especialização industrial: análise da dinâmica regional do setor de alimentos e bebidas	12
3 METODOLOGIA.....	13
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	14
4.1 Estrutura produtiva e econômica de Mato Grosso do Sul.....	14
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
REFERÊNCIAS	21

1 INTRODUÇÃO

No Brasil o agronegócio representa em torno de um terço do PIB brasileiro, razão pela qual é considerado o setor mais importante da economia nacional. No ano de 2015, as exportações de produtos ligados ao agronegócio alcançaram a cifra de US\$ 88,20 bilhões. Segundo dados da Secretaria de Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SRI/MAPA) as importações atingiram US\$ 13,00 bilhões, assim o saldo do comércio exterior do agronegócio foi positivo em US\$ 75,20 bilhões. O principal setor exportador foi o complexo de soja com US\$ 27,86 bilhões, responsável por 31,59% das vendas externas. As exportações de soja em grãos alcançaram o valor de US\$ 20,98 bilhões, com 54,30 milhões de toneladas em 2014/2015, o que representou 56,44% da safra brasileira de soja.

Diante desse resultado, em âmbito nacional, os estados do Centro-Oeste brasileiro foram detentores do maior volume de produção e da maior área de cultivo na última safra recorde de grãos de 2014/2015. Foram 22,86 mil hectares cultivados, resultado em 88,00 milhões de toneladas de produtos, de acordo com dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). O volume representa 42,00% do total produzido pelo agronegócio no Brasil. Isso é facilitado, pelo fato de que o agronegócio encontra nessa região o terreno propício para elevar o dinamismo de sua produção, pois, além da ampla base de recursos naturais, as empresas herdaram uma infraestrutura urbana e regional, que, mesmo sendo deficiente em inúmeros aspectos, foi constituída no decorrer do processo de integração do Centro-Oeste, junto à divisão territorial do trabalho, justamente, sobre influência da produção agropecuária.

Com o fortalecimento da indústria, que é decorrente de uma mudança que se inicia na década de 1960, o Centro-Oeste, foi paulatinamente se industrializando, por sua vez, em 1960 o setor industrial contava com somente 6,50% do produto regional, em 1996 o setor mais que duplicou sua participação e atingiu, a fração de 17,10% daquele produto, o que significou um inusitado esforço de crescimento. Também o setor de serviços aumentou sua participação no produto regional, desde 1960, de maneira bastante significativa. Obviamente, a construção da cidade de Brasília como nova sede administrativa do país, ao abrigar parcela relevante das funções burocráticas do Estado brasileiro, contribuiu para a expansão do terciário regional (IKEDA, 2012).

Para Villela e Mattos (2013) a Região Centro-Oeste apresentou um dos melhores perfis de desempenho econômico entre as regiões do país no ano de 2012. As razões estão, de um lado, no fato de sua base produtiva ter-se diversificado, desde 1960, de maneira muito acelerada,

e, de outro, de o crescimento populacional ter contribuído para a ocupação de grandes áreas inóspitas prevalecentes até então.

No entanto, com a relativa retomada do crescimento da economia a partir de 1995, mesmo beneficiada pela produtividade dos grandes grupos nacionais e multinacionais, que reforçaram o papel do Centro-Oeste como principal região do agronegócio brasileiro, mesmo aumentando o dinamismo de sua economia na participação no PIB, o resultado é considerado insuficiente para promover um aumento na participação relativa no PIB do país, que passa de 8,80% para 9,80% entre 2002 e 2012 registrando índices menores que as regiões Norte e Nordeste (IBGE, 2014).

Entretanto, esse dinamismo econômico ocasionado no Centro-Oeste, resultou significativamente no estado de Mato Grosso do Sul, fazendo que com ele alcançasse índices econômicos relevantes em sua jornada histórica de desenvolvimento. Neste sentido, o trabalho faz uma breve análise do contexto histórico do desenvolvimento regional a partir da década de 60, diante a um cenário econômico conturbado, porém, fundamental para basear a economia brasileira após 1990, com a abertura do mercado nacional para o mercado internacional, que favoreceu a consolidação das modernizações dos setores agropecuário e industrial da região do Centro-Oeste e do estado de Mato Grosso do Sul por meio do papel de fornecedor de produtos primários para o mercado externo.

1.1 DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA

O Centro-Oeste aparece à frente de todas as demais regiões quando o assunto é o agronegócio. No ano de 2013, com a oitava colocação no PIB *per capita* entre os estados brasileiros, o estado de Mato Grosso, respondeu sozinho por quase 25,00% da produção do agronegócio nacional. Já Goiás e Mato Grosso do Sul contribuem com 9,00% e 7,00% respectivamente. O Distrito Federal acrescenta ainda 0,40% dos produtos do agronegócio. Assim, o Centro Oeste totalizou 41,00% do total produzido pelo agronegócio no país (VILLELA e MATTOS, 2013).

Mesmo com o crescimento da atividade agrícola e industrial decorrentes do agronegócio, a produção que se desloca para o Centro-Oeste apresenta baixos índices de valor agregado, em comparação a que se mantém concentrada, sobretudo, em São Paulo. Essa dinâmica revela uma reprodução, no período recente, das relações de trocas comerciais baseadas na divisão regional do trabalho na estrutura centro-periferia, conforme foi baseada em estudos da Comissão Econômica dos Países da América Latina e Caribe (CEPAL), e que

estiveram presentes a organização do espaço brasileiro desde a década de 1930, garantindo o Centro-Oeste a função de produtor de bens complementares a São Paulo, considerado como o centro econômico do país (Prebisch, 1949).

Pires (2013) destaca que o potencial de matérias primas ofertadas na região Centro-Oeste na década de 1960 culminaram em instalações de grandes empresas agroindustriais voltadas para a produção de grãos. Logo, a base agropecuária da região se modernizou, ocasionando em transformações importantes para a estrutura de produtiva do estado de Mato Grosso do Sul, com avanços não somente no setor produtivo da soja, mas em setores da pecuária, a produção do leite e da carne.

Neste contexto, a região Centro-Oeste se mostra importante nas suas participações no agronegócio e agroindustrial brasileiro, propõe-se assim, relacionar o desenvolvimento econômico do Centro Oeste e do estado de Mato Grosso do Sul, em correlação com a dinâmica produtiva do agronegócio, em diligências de suas bases estruturais produtivas.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Compreender a dinâmica da estrutura produtiva de Mato Grosso do Sul, e seus desdobramentos diante do contexto regional brasileiro.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Descrever o desenvolvimento regional do Centro-Oeste, a partir da década de 1960;
- Caracterizar o perfil das atividades econômicas primárias e industriais da Região Centro-Oeste a partir da década de 1990;
- Compreender o desempenho, do agronegócio e do setor industrial do Centro-Oeste;
- Interpretar a estrutura produtiva e econômica de Mato Grosso do Sul, entre os anos de 2000 e 2015.

1.3 JUSTIFICATIVA

A região Centro-Oeste, apresenta como seu dinamismo econômico o agronegócio. Diante disso, a região pode alçar o mesmo caminho ocorrido nos Estados Unidos, onde um de seus triunfos foi industrializar aproveitando suas vantagens como produtor de alimentos. No estado de Illinois, um dos mais fortes da agricultura americana, as fazendas ocupam quatro

quintos das terras e a produção de matérias-primas, como milho, soja e suínos, US\$ 9 bilhões de dólares por ano. Mas também foi nesse estado que, no século XX, nasceram processadoras de alimentos agora globais, como Kraft Foods, ADM e Hillshire Brands. Em 2014 foram contabilizadas 950 indústrias de alimentos que injetam anualmente US\$13 bilhões na economia americana (IKEDA, 2012).

O ambiente ainda permitiu o florescimento do setor de serviços. A cidade mais populosa do estado, Chicago, é o segundo centro financeiro americano; e sua bolsa, a bússola global dos preços agrícolas. Guardadas as devidas proporções, uma história parecida ocorreu em São Paulo. A riqueza gerada por produtos, como café, laranja e cana-de-açúcar, financiou o salto industrial que fez do estado à locomotiva econômica do Brasil (IKEDA, 2012).

Contudo, o Centro Oeste por ser considerado importante para o agronegócio do Brasil, pode-se adotar medidas semelhantes com o que ocorreu nos Estados Unidos e em São Paulo, estimulando uma transformação mais acentuada no seu dinamismo econômico. Nos anos de (2004-2011), o produto industrial do conjunto formado por Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás cresceu 6,2% ao ano — o dobro da média brasileira. Diante disso, é essencial a exploração do tema, para que a região alcance lugar de destaque no cenário nacional e internacional. Assim, estudar a base produtiva do estado, se torna fundamental para compreender a dinâmica econômica que Mato Grosso do Sul se insere em âmbito regional e nacional.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho divide-se em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A seção 2 apresenta um breve resgate do referencial teórico. A seção 3 apresenta a metodologia, em que discute o método estrutural aplicado nessa pesquisa, e a seção 4 apresenta os resultados e discussões.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica se divide em três partes. A primeira parte é a revisão teórica, onde se mostra o desenvolvimento do Centro Oeste, após 1960, e um panorama das ações econômicas brasileira, após 1990. E, na segunda parte, a revisão de literatura, mostrando

estudos já realizados, sobre a dinâmica periférica da especialização agropecuária: as cadeias de soja/milho e a produção de carnes do Centro-Oeste e também a especialização industrial: análise da dinâmica regional do setor de alimentos e bebidas. Na última parte, faz uma análise da estrutura produtiva e econômica de Mato Grosso do Sul.

2.1 REVISÃO TEÓRICA

2.1.1 Desenvolvimento regional do Centro Oeste, a partir da década de 1960

Considerada pelo governo militar como um vazio demográfico que deveria ser ocupado, a região Centro Oeste vivenciou, durante os anos 70 e 80, um processo de modernização das atividades agrícolas e de consumo de produtos industriais. Uma integração que atendeu aos interesses do capital, que associado ao Estado brasileiro conduziu o Centro-Oeste à especialização na produção de *commodities*. Entre as estratégias utilizadas pelo governo, foi a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO).

A SUDECO, foi criada em 1º de dezembro de 1967, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico da região Centro-Oeste. Que no mesmo ano, o Ministro do Interior, General Affonso Lima, deixou claros os propósitos da SUDECO para a expansão da fronteira agrícola do país, cabendo a esse órgão o “relevante papel na integração do Centro Oeste, como instrumento positivo para o deslocamento das fronteiras econômicas do país que devem coincidir com as linhas demarcatórias da soberania nacional” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1968, p.24).

Discutindo especificadamente a importância do Centro Oeste em absorver “os excessos populacionais para integrá-los em sua economia, como fator positivo do trabalho” (MINISTÉRIO DO INTERIOR, 1968, p.02).

A partir de 1971, a SUDECO implantou planos e programas de desenvolvimento e integração do Centro Oeste à economia nacional, com claros propósitos em criar condições necessárias para a reprodução do capital que se daria, principalmente, pelas atividades agrícolas.

Com o propósito de ampliar o mercado nacional sustentado na expansão da fronteira agrícola do país para os chamados vazios demográficos, o governo federal criou o I Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND (1971-1974) que, entre outros objetivos, visava interligar o Centro Oeste aos centros consumidores e fornecedores de produtos industrializados. Com o discurso de planejamento, o I PND elaborou a partir da realização de diagnósticos e prognósticos para ações de médio e longo prazo, o I Plano de Desenvolvimento Econômico e

Social do Centro Oeste (I PLADESCO), com vigência para o período de 1973-1974, propondo estudos que viabilizassem a ampliação de atividades econômicas como soja e minérios.

O I PLADESCO priorizou áreas-programas que receberiam os investimentos públicos e privados numa clara estratégia de formar polos de desenvolvimento regional. No I PLADESCO a ideia de planejamento, como a estratégia para o desenvolvimento regional, assumiu grande importância entre os técnicos da SUDECO. Os estudos realizados pelo I PLADESCO nortearam as ações do II PND (1975-1979), “que teve como meta aumentar a produção de gêneros alimentícios para a exportação, que se daria pela ampliação das relações de campo com o capital agroindustrial, fazendo com que a agricultura assumisse um caráter mais empresarial” (GUEDES, 2015, p. 10).

O II PND reafirmou o papel do Centro Oeste como região produtora de produtos agropecuários para a exportação e como região receptora de correntes migratórias. Para superar as adversidades políticas e econômicas do país, foi criado o III PND (1980-1985) que, na busca de dar respostas à sociedade, adotou termos e conceitos que eram bem vistos por muitos grupos sociais, como: democracia, direitos humanos, reforma agrária, descentralização e desenvolvimento sustentável. Apesar do III PND inserir, em seu discurso, temas tão almejados pela sociedade, a essência era um desenvolvimento via especialização produtiva, mais especificamente, em produtos de exportação. Quando o III PND foi criado, o contexto do país não era dos mais favoráveis, pois a falta de recurso inviabilizou muitos projetos. O modelo de planejamento centralizador adotado pelos I e II PND, que concentrou recursos em áreas e setores específicos, mostrou-se pouco eficiente. A SUDECO “passava por um processo de esvaziamento institucional e por questionamentos quanto a sua eficiência e necessidade de existência” (GUEDES, 2015, p. 14).

Com a democracia em 1985, a inflação brasileira estava na faixa dos 100% ao ano e no último ano da administração do governo Sarney foi de 80% ao mês. Entre a década de 1980 e a consolidação da estabilização em 1995, ocorreu uma inflação galopante e isso foi uma tragédia distributiva e econômica de proporções extraordinárias, anestesiada momentaneamente por correções monetárias. O contexto de aceleração inflacionária fez com que houvesse a redução dos investimentos privados nos setores produtivos, os quais, diante de um futuro incerto, preferiram aplicar seus capitais no mercado financeiro. O resultado foi uma supervalorização do mercado financeiro em detrimento do setor produtivo (FRANCO, 2006).

Neste cenário de crise, a SUDECO já aparecia nas listas de enxugamento da máquina pública, entretanto, isto culmina apenas no governo Collor. A SUDECO foi extinta em março de 1990¹, na gestão do então Presidente da República Fernando Collor de Mello.

Após 21 anos de sua extinção a nova autarquia, voltou a existir em maio de 2011², na qual foi vinculada ao Ministério de Integração Nacional (SUDECO, 2016). Dentre seus objetivos, destacam:

- a) Formular e implementar os marcos legais da política nacional de desenvolvimento regional e de ordenamento Territorial para o Centro-Oeste, contribuindo para a redução das desigualdades regionais e a ocupação racional do território;
- b) Elaborar e implementar o zoneamento ecológico-econômico para a promoção do ordenamento e da gestão ambiental territorial;
- c) Institucionalizar e fortalecer a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais;
- d) Criar e aperfeiçoar instrumentos econômicos com vistas à promoção do desenvolvimento regional sustentável;
- e) Estruturar e adensar Arranjos Produtivos Locais e cadeias produtivas em múltiplas escalas, com vistas à competitividade e à superação das desigualdades regionais e da pobreza extrema, por meio da dinamização econômica e da inclusão produtiva;
- f) Fortalecer os sistemas locais e regionais de inovação, visando à competitividade dos espaços produtivos e ao desenvolvimento regional sustentável, por meio da promoção do fluxo de conhecimento e do acesso a instrumentos de apoio coletivo à inovação.

E é nesse novo contexto que a nova SUDECO propõe, a necessidade de combinar desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental.

2.1.2 A dinâmica da economia brasileira após 1990

A expansão da atividade econômica proporcionada pela dinâmica de crescimento “para dentro³” se interrompe frente a um grave quadro de estagnação nos anos de 1980. Como demonstra Monteiro Neto (2005), nessa década: o governo brasileiro apresenta déficits fiscais contínuos; o setor privado, sem o apoio do Estado, minimiza a quantidade de investimentos; a

¹ A Sudeco, foi extinta pela Medida Provisória n. 151, de 15 de Março de 1990. Através do Decreto n. 99474, de 24 de Agosto de 1990.

² Presidente Luis Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei Complementar n. 129. Já a sua regulamentação aconteceu em 2011, quando a Presidenta Dilma Rousseff assinou o decreto presidencial nº 7.471, de 4 de maio de 2011 <http://www.sudeco.gov.br/web/guest/historico#>.

³ Este modelo se caracterizava em deixar para traz o modelo de economia baseado em exportação e promover a industrialização para o mercado interno.

economia passa por um forte processo inflacionário; e o endividamento externo passa a impor obstáculos à retomada do crescimento. O conjunto desses fatores ainda seria sentido no início dos anos de 1990, influenciando na decisão de implantar uma estratégia de desenvolver o país via competição externa, da forma com que propunha instituições como, por exemplo, o Banco Mundial, o FMI e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, apoiadas nas designações do Consenso de Washington.

Como aponta Espíndola (2009), a implantação do Plano Collor, representa o primeiro momento da década de 1990, caracterizado pela racionalização dos custos via reorganização da produção. Já o segundo período, ocorre a partir de 1994 com a implantação do Plano Real, responsável pela manutenção da racionalização de custos, baseados em questões como o a terceirização.

De acordo com Monteiro Neto (2005), nesse período a política econômica estava preocupada em reativar a economia brasileira após o amargo período que corresponde a “década perdida” de 1980, estabelecendo para isso com três pontos históricos de estrangulamento que deveriam ser corrigidos:

- a) a estagnação econômica como resultante de um modelo de crescimento julgado pelos membros da nova equipe econômica – ultrapassado, com baixo dinamismo e forte dose de intervencionismo estatal;
- b) altas taxas de inflação, que desorganizavam o horizonte de planejamento dos agentes produtivos;
- c) a deterioração do quadro fiscal do Estado brasileiro.

Esse processo apresenta um forte impacto sobre as questões regionais, levando autores como Guimaraens Neto (1996), afirmar que estaria ocorrendo um esgotamento do processo de desconcentração que havia se estabelecido entre 1975 e 1985. Outros autores como Diniz (1995), alertavam para as tendências de reconcentração da atividade industrial que a ordem decrescimento econômico poderia provocar. E, Pacheco (1996), que demonstra o fortalecimento dos processos de especializações produtivas regionais, impulsionando a dinâmica de fragmentação do espaço nacional com a formação de áreas que apresenta maiores relações com o mercado externo, do que com o interno.

O desenvolvimento da economia nacional recebe assim, uma ampla influência do processo de globalização que ocorre na economia mundial. Segundo Coutinho (1995), esse processo marca uma etapa nova e mais avançada de progresso tecnológico e de acumulação

financeira de capitais, ou seja, caracterizando um estágio mais profundo e intenso de internacionalização da vida econômica, social, cultural e política. Nesse contexto, o processo de internacionalização garante uma complexidade maior ao esquema centro-periferia, pois a comunicação regional se insere em um conjunto, onde múltiplas escalas assumem interferência.

Dessa forma, o Centro-Oeste, juntamente com outras economias integradas a essa região, como o extremo oeste baiano e o triângulo de Minas Gerais, que, como aponta Diniz (1995), podem ser considerados como parte da mesma dinâmica produtiva, se inserem numa lógica de desenvolvimento quase que integralmente relacionada com as especializações regionais. Em relação à atividade econômica do conjunto dessas regiões, podemos relacionar sua dinâmica com a tendência de igualação espacial produtiva, que como assinala Smith (1988), expressa como resultado da maior interferência que a escala global passa a apresentar nesse processo, que vai impulsionar a essas regiões um determinado tipo de produção exigida pelo mercado externo.

2.2 REVISÃO DE LITERATURA

Divide-se em duas partes, a primeira mostra estudo que foram feitos sobre a dinâmica periférica da especialização agropecuária: as cadeias de soja/milho e a produção de carnes do Centro-Oeste. E, na segunda parte, mostra a especialização industrial: análise da dinâmica regional do setor de alimentos e bebidas.

2.2.2 A dinâmica periférica da especialização agropecuária: as cadeias de Soja/Milho e a produção de carnes do Centro-Oeste

A dinâmica produtiva da agricultura brasileira deve ser compreendida pela lógica de desenvolvimento que ganha espaço desde meados da década de 1960 com o processo de industrialização da agricultura, em que a indústria passa a atuar no montante da produção agrícola, influenciando na direção das forças e no ritmo de mudança da base técnica. Isso fez com que a agricultura passe a se organizar no seguinte sistema de produção: indústria para a agricultura, e agricultura para agroindústria, onde a interligação entre esses setores é estabelecida pela regulação macroeconômica nacional (KAGEYAMA, 1990).

Associado ao baixo dinamismo que a economia brasileira enfrentou após a década de 1980, a agricultura passou a ser fortemente influenciada pela sua capacidade exportadora e, assim como nos anos de 1970, por uma grande capacidade de desconcentração espacial. Esse setor, no entanto, continuou a atingir altas taxas de crescimento, tanto com a agroindústria de

exportação, como pela renda do mercado interno, beneficiando as regiões que se especializaram nesse tipo de produção, como é o caso do Centro-Oeste (PACHECO, 1996).

De acordo com Pacheco (1996), estes aspectos se intensificaram no direcionamento produtivo da agricultura do Centro-Oeste, mantendo a perda das culturas tradicionais de arroz e feijão, que diferentemente dos anos de 1970, passa agora a apresentar perdas tanto relativas quanto absolutas na área colhida da região, como consequência do crescimento contínuo da produção de soja, milho, trigo e cana-de-açúcar. Isso revela o contexto de integração nacional e global que essa região se insere, favorecendo um processo de especialização ainda mais intenso do que se processa com a dinâmica produtiva esteve associada ao mercado interno.

Dessa forma, a partir de 1990 o Centro-Oeste continuou a expandir sua produção agrícola, concebendo um aumento em sua participação na área total colhida no país de 14,1% para 25,2% entre 1990 e 2008, o que é responsável por tornar à região Centro-Oeste a segunda maior área agrícola do país. No entanto, do crescimento total da área colhida no Centro-Oeste, 61,7% refere-se à lavouras de soja e 25,6% ao milho (IBGE, 2008).

Nesse ponto, cabe destacar que em 1990 a região Centro-Oeste apresentou uma área colhida total de 13,8% maior do que a registrada em São Paulo e nesse mesmo ano o valor da produção agrícola paulista foi 67,4% maior do que o Centro-Oeste. Em 2008, o Centro-Oeste passa a abranger uma área colhida 114,9% maior do que o estado de São Paulo e, mesmo com esse grande crescimento, o valor da produção agrícola dessa grande região é apenas 32% maior que a paulista. Ou seja, o valor da produção/hectare colhido em São Paulo, que em 1990 superou o Centro-Oeste em 249,3%, apresenta uma queda em 2008, mas, ainda assim, continua 62,7% maior (IBGE, 2008).

Os dados revelam um relativo avanço do progresso técnico na agricultura do Centro-Oeste, mas insuficiente para se equiparar com a produtividade paulista. Analisando os dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), pode-se associar o motivo dessa diferenciação com as culturas que se deslocam para o Centro-Oeste, que são, em sua maior parte, aquelas de menor produtividade, como, o caso da soja, cuja área colhida/ valor da produção corresponde a 1,80 mil reais/hectare e o milho, que representa 1,40. Essas culturas são responsáveis, respectivamente, por 58,00%, e 23,00% da área total colhida na região Centro-Oeste. Já em relação à agricultura paulista, além de ter uma diversificação maior, sua principal lavoura, a de cana-de-açúcar, que corresponde a 60% do total área colhida, apresenta uma proporção de 2,5 da área colhida/valor da produção, outras culturas importantes e com baixa produção no Centro-Oeste, são: a laranja, onde esse valor é de 6,7; e o café, cuja proporção é de 4,7 (IBGE, 2008).

Em relação à produção pecuária desenvolvida pela pesquisa pecuária municipal (PPM) cabe destacar, principalmente, o rebanho bovino, cujo crescimento de 50% entre 1990 a 2008, mantém essa região como a maior produtora do país (IBGE, 2008). Em relação à produção de carnes, como demonstra Mamigonian (2009), a distribuição regional do rebanho bovino segue a ordem da própria espacialização da agricultura analisada no esquema de Von Thünen, com a criação de semi-círculos em cinturões de abastecimento ao centro da economia, mantendo a produção intensiva nas proximidades da capital paulista, enquanto a extensiva se desloca para outras áreas. Nessa ordem, caberia ao Centro-Oeste, justamente, a criação extensiva de bovinos.

2.2.3 A especialização industrial: análise da dinâmica regional do setor de alimentos e bebidas

Cano (2008) destaca que a abertura comercial abrupta e a valorização cambial que ocorre a partir de 1990, provocam sérios danos à indústria de transformação ao beneficiar as importações e fazer com que esse setor perca uma considerável fatia do mercado interno. No entanto, no que se refere ao setor agroindustrial é importante considerar seu comportamento diferenciado em relação aos demais setores da indústria de transformação, pois seu dinamismo está fortemente ligado ao crescimento do mercado interno, sendo assim, seu dinamismo não se define somente com um reflexo da economia, mas de todo um processo de urbanização (BELIK, 1992).

No caso específico da dinâmica regional da produção de alimentos e bebidas é importante destacar o baixo índice de desconcentração que esse setor apresenta entre 1996 a 2007, com a perda relativa de apenas 4,1% da indústria paulista diante o restante do país, o que torna a desconcentração desse setor mais elevada apenas que as indústrias de equipamentos de transporte, de derivados de petróleo e álcool e o de produtos de madeira. Esse processo está associado à dinâmica interna do setor de alimentos, que apresenta ramos específicos que intensificam sua concentração em São Paulo, como é o caso da produção e refino de açúcar, onde esse estado passa de 20,9% para 58,9% da produção do país e o de processamento e conserva de frutas e outros vegetais, que passa de 32,1% para 39,2%, segundo a Pesquisa Industrial Anual (PIA, 2007).

A tendência natural do setor de alimentos e bebidas é se deslocar para próximo das regiões fornecedoras de matérias-primas, ou seja, acompanhando a fronteira agropecuária. Com isso, a região a fornecer mais atrativos para esse tipo de produção é, justamente, o Centro-Oeste,

apresenta o maior ganho relativo desse tipo de produção, comum aumento de 5,1% entre 1996 e 2007 (PIA, 2007).

De acordo com Pacheco (1996), no âmbito regional as empresas produtoras de alimentos e bebidas do Centro-Oeste se diferenciam em dois tipos: as nacionais, que se inserem na cadeia de soja e carne; e as multinacionais, que dominam a produção de óleos, sojas e derivados. No decorrer desse processo, o aumento da produção de soja tende a ser um estímulo à instalação de frigoríficos no próprio Centro-Oeste, devido às vantagens de aproximar o rebanho bovino dos locais produtores de rações, sem desconsiderar o ganho especulativo propiciado pela pecuária.

Desse modo geral, nessa fase da economia brasileira, a influência decorrente das transformações do capitalismo internacional não proporciona uma alteração significativa na relação centro-periferia, que continua como a principal responsável por definir a organização do espaço nacional, bem como da dinâmica produtiva do Centro-Oeste. Assim, a definição de Galindo e Santos (1995), do Centro-Oeste como uma região de fronteira que vem se consolidando a partir da expansão acentuada da agropecuária, substituindo na divisão inter regional de trabalho o papel antes exercido pelo Sul e Sudeste, pode ser associada, tanto com a dinâmica da economia nessa região ao longo de seu percurso de desenvolvimento, como em relação à produção alavancada pelas estratégias do agronegócio.

3 METODOLOGIA

A base metodológica de pesquisa para este trabalho será baseada principalmente pela pesquisa bibliográfica. Pois, o contexto que envolve as transformações econômicas ocorridas no Brasil após 1990, será discutido por assuntos de vários autores refletindo sobre o tema. Diante disso, far-se-á um paralelo com o desenvolvimento regional do Centro-Oeste, na qual será de suma importância compreender a formação e a atividade econômica adotada para tal desenvolvimento.

Para o desenvolvimento do trabalho serão necessários os seguintes dados, caracterizando a necessidade de uma pesquisa secundária: PIB em todas as esferas, participação dos setores econômicos no estado, balanço das exportações e importações com os principais produtos de Mato Grosso do Sul. Portanto, esses dados serão analisados através de fontes secundárias juntos aos órgãos envolvidos como Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Secretária de Estado de Meio

Ambiente e Desenvolvimento Econômico (SEMADE), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), entre outros, que possam contribuir com a pesquisa de dados. Utilizando-se então o método descritivo para proporcionar um melhor estudo sobre as variáveis que forem necessárias para tal análise.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Estrutura produtiva e econômica de Mato Grosso do Sul

A conjuntura das atividades econômicas de Mato Grosso do Sul, têm grande representatividade no cenário econômico regional e nacional, quando comparado com a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do estado, com o PIB da Região Centro-Oeste e Brasil entre os anos de 2003 e 2013.

Na Tabela 01, pode-se observar que as economias possuem comportamentos de altos e baixos no decorrer da década, principalmente nos anos de 2005, 2009 e 2013. Segundo dados da Secretária de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia SEMAC (2009), em 2005 a produção agrícola sofreu redução da produtividade, do volume produzido e a queda dos preços, principalmente da soja e dos produtos pecuários, que, somados aos problemas sanitários, afetaram o valor e o volume comercializado, ocasionando taxas de crescimento negativas para o setor.

No ano de 2009, o desempenho da economia sul-mato-grossense, foi afetado pelos efeitos da crise financeira internacional que atingiu os grandes mercados consumidores ao redor do mundo, tendo forte reflexo nos setores produtivos, mesmo nas atividades agrícolas e, principalmente na Indústria de transformação (SEMAM, 2014).

A safra recorde registrada no Brasil em 2013, com a produção de 188,2 milhões de toneladas de cereais, leguminosas e oleaginosas, onde se destacam as produções de soja e milho, proporcionou um alto crescimento no PIB de Mato Grosso do Sul.

Nesse sentido, a economia do estado vem se alavancando, o PIB de Mato Grosso do Sul, a partir de 2006 se sobressai diante do PIB do Centro Oeste e do Brasil, apresentando crescimento de 12,43% contra 7,81% e 10,35% respectivamente, correspondendo assim, como um grande cooperador no âmbito do cenário econômico nacional, conforme demonstrado na Tabela 01.

Tabela 01 - Comparativo do PIB do Mato Grosso do Sul, Centro-Oeste e Brasil - 2003-2013

Anos	PIB/MS	MS	PIB/CO	Centro-Oeste	PIB/Brasil	Brasil
	R\$ milhões	(%)	R\$ milhões	(%)	R\$ milhões	(%)
2003	19.273	-	153.104	-	1.699.948	-
2004	21.105	9,50	176.811	13,41	1.941.498	14,21
2005	21.650	2,59	190.178	7,03	2.147.239	10,60
2006	24.341	12,43	206.284	7,81	2.369.484	10,35
2007	28.121	15,53	235.964	12,58	2.661.345	12,32
2008	33.142	17,86	279.372	15,54	3.032.203	13,93
2009	36.368	9,73	310.764	10,10	3.239.404	6,83
2010	43.514	19,65	354.820	12,42	3.884.847	19,92
2011	49.242	13,16	400.009	11,30	4.373.658	12,58
2012	54.471	10,62	443.998	9,91	4.805.913	9,88
2013	69.117	26,89	484.615	8,38	5.316.455	10,62

Fonte: SEMAC/MS e CONAC (2015)

Na década de 2003 a 2013, o PIB de Mato Grosso do Sul, cresceu mais de 258,00%, com uma média anual de 25,86%, já o Centro-Oeste cresceu numa média de 21,65% e o Brasil 21,27%. O maior registro de crescimento foi no ano de 2013, com uma taxa de 26,89%, totalizando R\$ 69.117,77 bilhões.

Essa evolução do PIB de Mato Grosso do Sul, possibilitou uma contribuição de 14,26%, na composição da riqueza regional e 1,30% da nacional, conforme ilustrado na Tabela 02. Seu alto desempenho veio das contribuições das atividades ligadas à agricultura, silvicultura e da indústria de transformação, que levou o estado a ocupar a 16ª economia no ranking brasileiro e alcançar o 9º PIB *per capita*, entre as Unidades de Federação, incluindo o Distrito Federal, com o valor de R\$ 26.714,57.

Tabela 02 - Participação dos Estados da Região Centro-Oeste no PIB - 2013

Estados do Centro-Oeste	PIB 2013 R\$ Milhões	Participação na Composição		Ranking no PIB Nacional	Ranking no PIB <i>per capita</i>
		Centro-Oeste	Brasil		
Mato Grosso do Sul	69.117,77	14,26	1,30	16º	9º
Mato Grosso	89.123,84	18,39	1,68	14º	8º
Goiás	151.010,22	31,16	2,84	9º	11º
Distrito Federal	175.362,79	36,19	3,30	8º	1º
Centro-Oeste	484.614,63	100,00	9,12		

Fonte: IBGE/CONAC, SEMADE/MS (2015)

O estado é superado pelas demais unidades da região, sendo o Distrito Federal, a maior economia regional, que tem sua base econômica centrada no setor de serviços, com destaque para administração pública, comércio, instituições financeira e atividades imobiliárias.

O bom desempenho de Mato Grosso do Sul, está atrelado ao setor terciário. As atividades econômicas deste setor correspondem ao comércio, a educação, saúde, telecomunicações, transporte, serviço de limpeza, serviços bancários.

Tabela 03 - Participação dos Setores Econômicos na Composição do PIB de Mato Grosso do Sul (Em %) – 2003-2013

Anos	Primário (%)	Secundário (%)	Terciário (%)
2000	19,52	18,81	61,67
2001	23,02	17,58	59,39
2002	22,31	16,71	60,99
2003	24,72	15,70	59,58
2004	20,93	19,21	59,86
2005	15,45	17,24	67,31
2006	14,53	18,46	67,01
2007	15,80	16,68	67,52
2008	16,60	17,64	65,76
2009	15,53	18,48	65,99
2010	17,23	22,60	60,16
2011	17,53	22,64	59,82
2012	17,72	22,56	59,72
2013	17,75	22,16	60,09

Fonte: IBGE/CONAC, SEMADE/MS (2015)

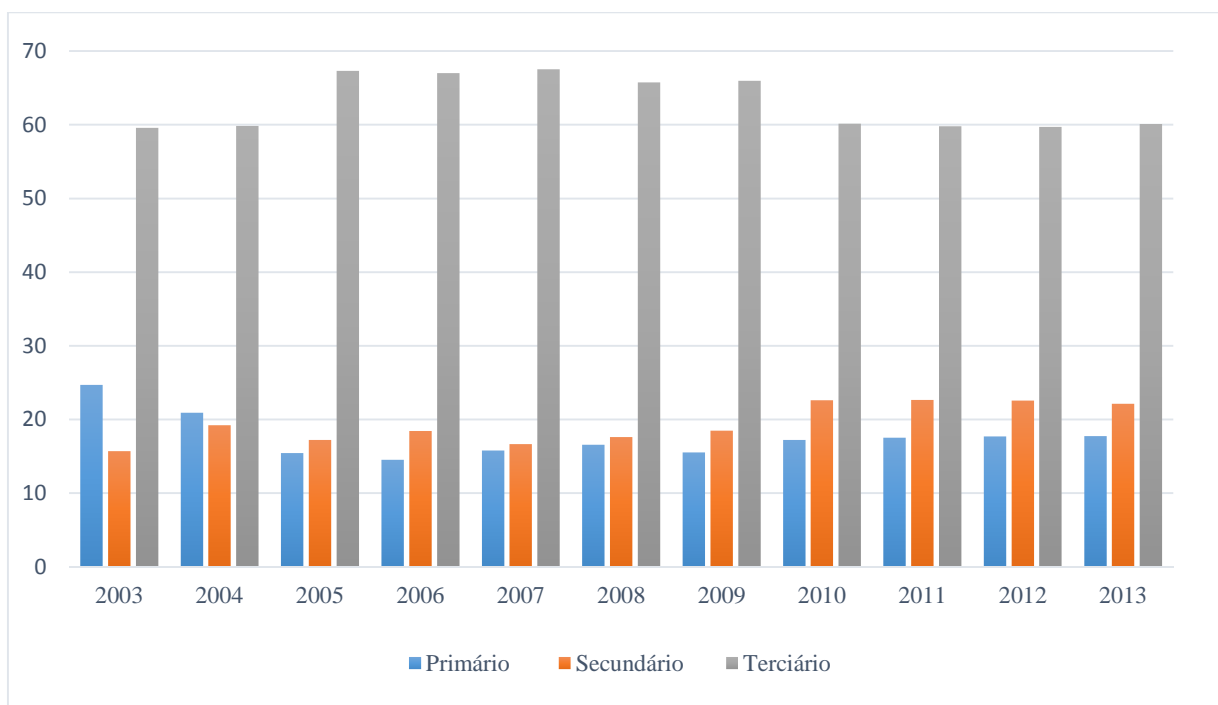
Nesse contexto, as participações dos setores da economia de Mato Grosso do Sul, conforme mostra a Tabela 03, numa série histórica de 2000 a 2013, resulta que na média o setor primário contribui no PIB é de 18,47%, o secundário 19,03% e o terciário com 62,50%.

O setor primário do Mato Grosso do Sul, que teve seu maior patamar de contribuição na composição do PIB, foi no ano de 2003, este foi influenciado pelo crescimento de 24,8%, impulsionado pelo crescimento da produção de grãos. No mesmo ano, a safra do estado superou em 2,7 milhões de toneladas obtida em 2002, fruto da expansão de 28,9% na área explorada com agricultura e ganho de 18,4% em produtividade, com destaque para a cultura da soja que expandiu a produção em 25,2% (SEMAG, 2014).

No setor industrial, verifica-se um avanço da indústria de transformação, principalmente nos segmentos de produção de celulose a partir do eucalipto e da indústria sucroalcooleira, tendo como matéria prima a cana de açúcar, o que ajudou o setor de transformação crescer 2,30% em 2012. A indústria da Construção Civil também cresceu, apresentando crescimento de 8,50%, apoiada principalmente pela construção de edifícios e obras de infraestrutura, tendo ainda a indústria extrativa mineral avançando 33,40%, com destaque para a extração de minério de ferro. No conjunto, a atividade industrial contribuiu com 22,56% do valor adicionado na economia, com crescimento de 6,70% em 2012 (SEMAG, 2015)

O conjunto das atividades do setor terciário que se constituem pelo comércio e os serviços, em que se inclui a administração pública, mantiveram a maior participação na formação do valor adicionado da economia estadual, contribuindo com 60,09% do fluxo de riqueza gerada no estado em 2013. Este setor do PIB estadual cresceu 3,90% no ano, onde os melhores desempenhos foram alcançados pelo comércio com 7,70%, as instituições financeiras com 13,0%, as atividades profissionais, científicas, técnicas, administrativas, serviços complementares com 6,3% e os transportes com 6,2% (SEMAG, 2015).

Gráfico 01 - Participação dos Setores na Composição do PIB do Mato Grosso do Sul – (2003-2013)



Fonte: IBGE/CONAC, SEMADE/MS (2015)

No Gráfico 01, é possível observar a participação dos setores na economia do Mato Grosso do Sul, que coloca o setor terciário como o setor mais importante na composição do PIB. Este setor gera dois terços de toda a riqueza produzida no estado. Em 2011, mais de 7 mil empreendimentos foram abertos. As empresas que foram abertas pelo programa de empreendedor individual totalizam mais de 29 mil, abertas desde 2009, quando o programa começou a funcionar. O ramo de vestuário e acessórios é o que mais atrai os empreendedores, com 3,5 mil lojas.

O setor primário de Mato Grosso do Sul, é o grande responsável pelas exportações, devido ao crescimento da produção de grãos (soja e milho), o tamanho médio das propriedades e os custos de produção. A balança comercial do Mato Grosso do Sul, teve um crescimento na

média de 23,80% nas exportações, numa série histórica de 2003 a 2015, que possibilitou atingir em 2013 o maior volume de exportação, registrando R\$ 5.245.500 bilhões no total exportado, em concordância com a Tabela 04.

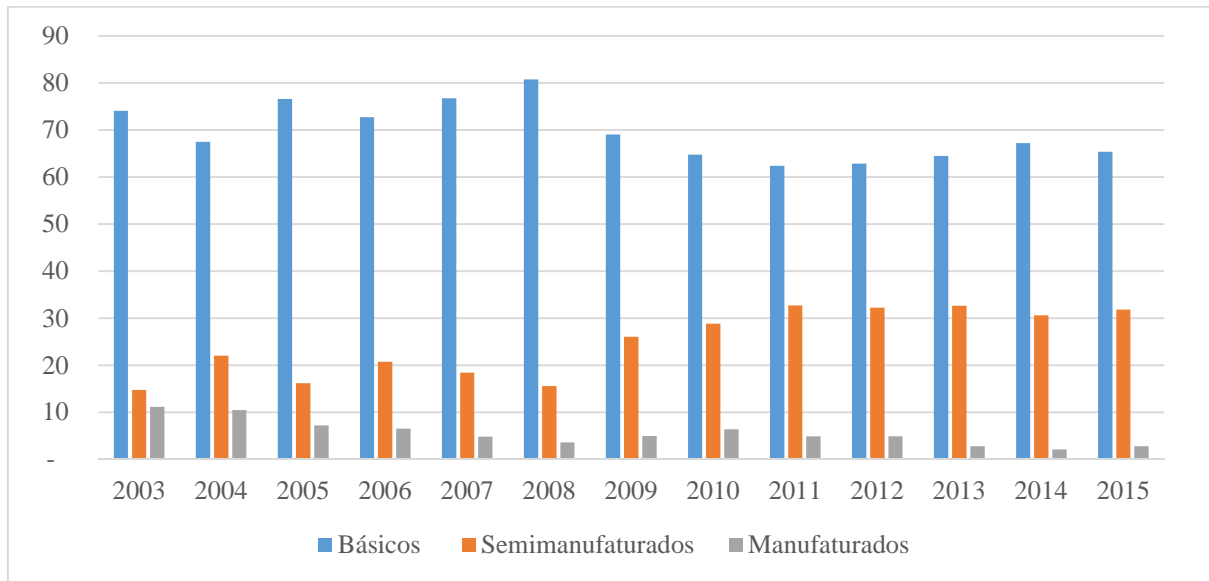
Tabela 04 - Comércio Exterior do Mato Grosso do Sul (2003-2015) - (US\$ 1.000 FOB)

Anos	Exportação	Importação	Saldo
2003	498.339	492.868	5.471
2004	644.754	771.954	-127.200
2005	1.149.122	1.080.012	69.110
2006	1.004.339	1.725.837	-721.498
2007	1.297.177	2.189.888	-892.711
2008	2.095.551	3.682.565	-1.587.014
2009	1.937.634	2.189.888	-252.254
2010	2.962.058	3.382.662	-420.604
2011	3.916.261	4.469.067	-552.806
2012	4.212.756	5.113.971	-901.215
2013	5.256.284	5.655.528	-399.244
2014	5.245.500	5.237.140	8.360
2015	4.735.117	3.422.452	1.312.665

Fonte: MIDIC/SECEX (2015)

Diante desta análise, com a mesma série configurada na Tabela 04, as importações, também obtiveram progresso em seus anos, com média de crescimento de 23,37% anuais, marcando em 2013 a sua maior quantidade importada, com R\$ 5.655.528 bilhões.

O Gráfico 02, apresenta o comportamento das exportações do estado a partir do ano 2003, dividido em três categorias: produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados. A média de exportações de produtos básicos de 2003 a 2015 foi de 70% do total. Para os produtos básicos (soja, minério de ferro) houve uma tendência de crescimento, com pequena inflexão de 2008 para 2009, que pode ser explicada pela redução das exportações de minério de ferro devido à crise financeira internacional. A característica de economia agroprimária está expressa nos volumes exportados que caracterizam a forma de inserção do estado na economia internacional.

Gráfico 02 - Exportações do Mato Grosso do Sul por fator agregado – (em %) – (2003-2015)

Fonte: MIDIC/SECEX (2015)

Na Tabela 05, faz uma comparativo dos dez produtos mais exportados do estado, nos anos de 2010, 2013 e 2015. Com isso, na liderança dos produtos exportados em 2015, encontra-se a soja em grãos, como o condutor do fomento econômico de Mato Grosso do Sul, respondendo por 28,05%, ou seja, R\$ 1.328.275 bilhões de todo faturamento do estado. Em segundo lugar, a pasta química de madeira, representando 21,55%, com receita de R\$ 1.020.503 bilhões, e em terceiro, traz o milho com 10,24%, resultando com R\$ 484.711 milhões.

Tabela 05 - Exportação dos 10 Maiores Produtos (2010, 2013 e 2015)

Produtos	2010	2013	2015
Soja, mesmo traturada, exceto para semeadura	509.148.267	1.201.497.183	1.328.275.712
Pasta quim.,madeira de n/conif.a soda/sulfato,semi/branq	401.318.495	1.040.522.673	1.020.503.851
Milho em grao, exceto para semeadura	134.373.321	434.362.002	484.711.368
Carnes desossadas de bovino, congeladas	371.945.518	511.278.721	347.719.246
Outros acucares de cana	331.060.866	496.401.339	346.144.496
Pedacos e miudezas,comest.de galos/galinhas, congelados	194.720.388	273.165.813	260.490.412
Farinhas e "pellets",da extracao do oleo de soja	53.335.246	109.549.081	144.467.048
Minerios de ferro nao aglomerados e seus concentrados	276.180.530	400.593.926	138.416.535
Carnes desossadas de bovino,frescas ou refrigeradas	49.474.622	102.595.906	103.167.908
Outs.couros bovinos,incl.bufalos,n/div.umid.pena flor	24.940.689	117.695.579	95.031.319
Demais produtos	615.609.333	568.619.991	466.189.567

Fonte: MDIC/SECEX (2010, 2013 e 2015).

Conforme ilustrado na Tabela 06, onde aborda as importações nos anos de 2010, 2013 e 2015, evidencia que o gás natural advindo da Bolívia, representa mais de dois terços dos

produtos importados, com 66,91% do total. Esse produto, equivale nas importações a quantia de R\$ 2.289.849.715 bilhões, deixando em segundo lugar o catodo de cobre com 4,03%, e em terceiro a carnes desossadas com 1,88%, com base no ano de 2015.

Tabela 06: Importação dos 10 Maiores Produtos (2010, 2013 e 2015)

Produtos	2010	2013	2015
Gás natural no estado gasoso	2.131.673.796	3.662.863.080	2.289.849.715
Catodos de cobre refinado/seus elementos,em forma bruta	286.354.100	266.388.841	137.763.927
Carnes desossadas de bovino,frescas ou refrigeradas	37.457.999	67.696.172	64.468.014
Carnes desossadas de bovino,congeladas	21.045.604	58.381.684	52.186.969
Outros cloretos de potassio	63.774.781	95.157.519	46.502.007
Tecido de filam.poliester textur>=85%,tintos,s/borracha	37.235.797	42.169.336	33.218.880
Lamin.ferro/aco,l>=6dm,revest.ligas de aluminio-zinco	56.030.526	30.218.963	27.986.535
Veludo e pelucia,de malha de fibra sintetica/artificial	1.863.809	27.685.491	26.336.659
Fios texteis de poliesteres crus	59.432.791	64.333.897	25.140.636
Outros oleos de "palmiste"	4.198.002	16.106.952	22.178.768
Demais produtos	683.565.766	1.324.524.433	696.820.074

Fonte: MDIC/SECEX (2010, 2013 e 2015).

Constata-se, portanto, que o setor terciário está cada vez mais importante para a economia de Mato Grosso do Sul, devido à sua grande parcela na composição do PIB. Porém, o setor primário com alta produtividade correspondente a sua modernização e especialização, se torna fundamental para as exportações do estado e para o nacional.

Neste sentido, evidencia que a base produtiva de Mato Grosso do Sul está ligada nos setores mais intensivos em recursos naturais, ou seja, são setores como alimentos, papel e celulose e extrativismo mineral, na qual compõe produtos de menor valor agregado e de menor conhecimento. Logo, percebe-se que a dinâmica produtiva do estado apresenta baixo grau de diversificação no setor de produção industrial, confirmando o baixo valor agregado da produção sul mato-grossense, tanto para o mercado interno quanto para o mercado externo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento econômico do Centro-Oeste esteve ao longo de sua formação associado ao dinamismo da região Sudeste, o que lhe imprimiu um ritmo de produtor de bens complementares, especialmente ao estado de São Paulo. Sendo assim, concluí que mesmo os produtos que tenham se deslocado para a região tenham sido os de menor valor agregado, os mesmos foram fundamentais para garantir o dinamismo econômico da região.

Já, num período posterior, diante da inserção internacional da economia brasileira a especialização do Centro-Oeste se intensifica ainda mais com o crescimento das cadeias de carne e soja, onde o progresso técnico ocorre de forma mais acentuada.

As exportações sul-mato-grossense feitas por produtos de baixo valor agregado, não coloca o Mato Grosso do Sul entre o mais promissor, no quesito *ranking* econômico regional. A indústria de produtos manufaturados tem se mostrado com baixo crescimento e até mesmo negativos em alguns períodos. As importações cada vez mais crescentes por produtos de alto valor agregado, deixando a balança comercial por várias vezes, ou até mesmo, historicamente deficitária. Isso deixa a mostra que o Mato Grosso do Sul de fato é um grande fornecedor de matérias primas para outros estados brasileiros e também para o mercado internacional.

Diante das análises verificou-se que o setor terciário vem apresentando altas taxas de participação no Produto Interno Bruto estadual, sendo o esteio na economia estadual, com crescimento acima de qualquer outro setor. Nesse setor destaca-se a atividade do comércio, responsável pela grande composição no PIB estadual, e que de forma espontânea, está cada vez mais consolidando sua participação na economia de Mato Grosso do Sul.

Contudo, os indicadores observados e das implicações que o referencial teórico utilizado aponta, pode-se inferir que a estrutura produtiva regional e estadual tem apresentado um padrão de desenvolvimento cada vez menos complexo e sofisticado e mais dependente de importações de produto de maior valor agregado.

REFERÊNCIAS

BELIK, Walter. **Agroindústria Processadora e Política Econômica**. Tese de Doutorado. Unicamp/Instituto de Economia. Campinas, 1992.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento.

Disponível em: < <http://www.conab.gov.br/> acesso em: 20 fev. 2016.

COUTINHO, L. G. **Nota Sobre A Natureza da Globalização**. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas - SP, n. 4, p. 21-26, 1995.

DINIZ, Clélio Campolina. **A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas**. (texto para discussão, nº 375) CEDEPLAR, 1995.

ESPÍNDOLA, Carlos José. **A dispersão territorial dos investimentos do agronegócio de carne**. In: *Geografia Econômica - Anais de Geografia Econômica e Social*, v. 2, p. 251-281, 2009.

FRANCO, Gustavo H. B. **O desafio brasileiro: ensaios sobre desenvolvimento, globalização e moeda**. São Paulo: Ed. 34, 1999. 352 p.

GALINDO, Osmil e SANTOS, Valdeci Monteiro. **Centro Oeste: evolução recente da economia regional**. In: Rui de Britto Álvares Affonso; Pedro Luiz Barros Silva. (Org.). *Desigualdades Regionais e Desenvolvimento*. 1ª ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

GUEDES, W. **A Sudeco no contexto do desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro (1967 a 1990)**. 2015. 30 p. Tese (Mestrado em Ciências Econômicas) – UEM – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Maringá, 2015.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Desigualdades e políticas regionais no Brasil: Caminhos e descaminhos**. Planejamento e Políticas Públicas. Brasília, IPEA, n.15, jun. 1997.

IKEDA, Patrícia. **A indústria floresce no oeste do Brasil**. Exame.com. Publicada em 28 de novembro de 2012. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1029/noticias/a-industria-floresce-no-oeste-do-brasil>. Acesso em : 17 de maio de 2016.

IBGE – **Contas Regionais**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/> acesso em: 30 de junho de 2016.

MATO GROSSO DO SUL. **Diagnóstico Socioeconômico de Mato Grosso do Sul**. [2011]. 137 p. Disponível em: <<http://www.semec.ms.gov.br/index.php?inside=1&tp=3&comp=&show=2883>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

MINISTERIO DO INTERIOR. Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste. *Integração Nacional: discursos e conferencias*. Rio de Janeiro, 25 Janeiro 1968.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA. Disponível em: < <http://www.agricultura.gov.br/carta-de-servico-ao-cidadao/relacoes-internacionais-para-agronegocio>. Acesso em: 20 fev. 2014.

MONTEIRO NETO, Aristides. **Desenvolvimento Regional em Crise: políticas econômicas liberais e restrições à intervenção estatal no Brasil dos anos 90**. Tese de Doutorado. Instituto de Economia Unicamp. Campinas, SP. 2005.

PACHECO, Carlos Américo. **A questão regional brasileira após 1980: Desconcentração econômica e fragmentação da economia**. Tese de Doutorado. Unicamp/Instituto de Economia, Campinas, 1996.

PIRES, MURILO. **Centro Oeste: Região é responsável por 41% da produção agrícola do país**: 11/05/2013. Local de publicação: Agência Estado - O Estado de S.Paulo. Entrevista concedida para Danielle Villela e Thiago Mattos. Página consultada em 17 mai. 2016: <http://isebvmf.com.br/index.php?r=noticias/view&id=272300>

PREBISCH, Raul (1949). **O Desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas**. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, vol. I. 2000

SEMADE – Contas Regionais – Produto Interno Bruto Estadual para 2015. 11 p. Disponível em: <<http://www.semade.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2015/12/PIB-MS2010-2013.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

SEMAC – Contas Regionais – Produto Interno Bruto Estadual para 2014. 12 p. Disponível em: <<http://www.semade.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2015/10/PIB-MS2002-2012.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SUDECO. **Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste**. Disponível em: <http://www.sudeco.gov.br/web/guest/organograma#.V98YbYgrJdg>. Acesso em 05 abr. 2016.

VILLELA, D. MATTOS, T. **Notícias Centro Oeste - Região é responsável por 41% da produção agrícola do País**. O Estado de S. Paulo. Publicado em 11 de outubro de 2013. Disponível em: <http://www.cenariomt.com.br/noticia/320511/regiao-centro-oeste-e-responsavel-por-41percent-da-producao-agricola-do-pais.html>. Acessado em 14 de junho de 2016.

_____. _____. Integração Nacional: a responsabilidade do Centro-Oeste. Integração Nacional. Conferência pronunciada pelo superintendente da Sudeco, Sebastião Dantes de Camargo Junior. Brasília, 1970.

_____. Realese: resultados do produto interno bruto de MS para 2009. 6 p. Disponível em: <<http://www.semac.ms.gov.br/control/ShowFile.php?id=97373>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

